

CARTA ABERTA

Rede Nacional de Mulheres Guardiãs dos Territórios ameaçados e atingidos por Megaprojetos



Entre os dias 01 e 03 de novembro de 2024, nós, 50 mulheres lideranças de sete estados do Brasil, nos reunimos no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, no Seminário Nacional de Mulheres e Megaprojetos, para refletir criticamente sobre o impacto dos megaempreendimentos em nossos territórios, em nossas vidas e na proteção do meio ambiente. A programação do seminário incluiu o mapeamento das práticas de autodefesa e construção de redes de apoio, oficina de mapeamento dos megaprojetos, além de plenárias e grupos de trabalho. Estes momentos nos permitiram partilhar formas de resistência, autodefesa e estratégias para salvaguarda de direitos diante das ameaças dos empreendimentos que impactam diretamente nossos territórios e modos de vida. Realizado às vésperas da cúpula do G20 no Brasil, assim como prévio a COP 30 em Belém, em 2025, o encontro também abordou como esses grandes eventos e acordos globais relacionados afetam nossas vidas e territórios, refletindo sobre possibilidades de incidência nessas agendas.

Nós mulheres das comunidades afetadas por uma diversidade de megaempreendimentos no Brasil, vimos a público denunciar os impactos profundos e devastadores que tais projetos têm causado.. Nós mulheres temos sido impactadas por megaprojetos e grandes obras de infraestrutura e sofremos diretamente as consequências do racismo ambiental, pois nossos territórios, modos de vida e culturas são desconsiderados em nome de interesses econômicos e políticos. Esses empreendimentos frequentemente se instalam sem consulta prévia e ignoram a nossa relação com a terra, violando o direito à participação e autodeterminação de nossas comunidades. Somos nós que enfrentamos a poluição, a perda de acesso à água limpa, o aumento do custo de vida e a destruição dos meios de subsistência. Esse modelo de desenvolvimento perpetua desigualdades e impõe uma carga desproporcional sobre nós, mulheres, que assumimos a responsabilidade de sustentar nossas famílias em meio à destruição ambiental, por isso denunciamos o racismo ambiental que precisa ser enfrentado e superado.

Nosso apelo ganha ainda mais urgência diante do agravamento do caos climático, evidenciado pela seca devastadora na Amazônia, que ameaça a vida dos povos e da maior floresta tropical do planeta, os incêndios criminosos no Pantanal e por todo o país, consomem nossas matas e ecossistemas essenciais, e as enchentes severas no Rio Grande do Sul, que tem desalojado milhares de pessoas. Essas catástrofes climáticas não ocorrem isoladamente: elas se somam aos danos impostos pelos megaprojetos e grandes obras de infraestrutura, que intensificam a destruição de nossos biomas, desmatam e degradam ainda mais o ambiente. A sinergia entre esses desastres menos naturais e mais produzidos e os projetos de grande escala agravou os impactos socioambientais, aumentando a vulnerabilidade de nossos territórios e a insegurança das nossas populações.

As instituições financeiras multilaterais(Banco Mundial, BID, CAF...), bancos nacionais (BNDES, Banco do Brasil...) e internacionais têm um papel fundamental no financiamento dos megaempreendimentos que impactam nossas vidas, ignorando as consequências socioambientais desses projetos. Essas instituições oferecem capital e garantias que viabilizam obras devastadoras, como grandes barragens, mineração, plantas industriais e projetos de infraestrutura que invadem territórios tradicionais e ecossistemas sensíveis. Em nome do crescimento econômico, esses bancos desconsideram os direitos das populações locais. Ao priorizarem o lucro e ignorarem as obrigações socioambientais, essas instituições são cúmplices na perpetuação do racismo ambiental e da desigualdade, colocando o lucro acima da vida e dos direitos fundamentais das comunidades afetadas.

Entre os projetos econômicos e de infraestrutura que mais impactam nossas comunidades estão portos industriais, como o Complexo Industrial Portuário de Suape, Belo Monte, Siderúrgica, complexos de energia eólica, carcinicultura, empreendimentos de turismo de massa, além de mineradoras e a monocultura do agronegócio. Empresas como Cargill, Belo Sun Mining, Vale S.A., Ternium Brasil, Petrobrás, Indústrias Nucleares do Brasil (INB), e refinarias como a Abreu e Lima, além de obras de infraestrutura a exemplo de Belo Monte, os grandes portos, estão entre os principais responsáveis, ao lado de vários outros atores do setor de energias renováveis e infraestrutura portuária.

Os impactos são extensos e profundos, incluindo: I) Destruição ambiental, afetando florestas, dunas, rios e o mar; ii) Perda de territórios que pertencem há gerações às nossas comunidades; iii) Poluição da água, do ar e do solo, colocando em risco nossa saúde e nossa capacidade de subsistência; iv) Desigualdade no acesso aos bens naturais, como água e terra, dificultando ainda mais a nossa sobrevivência; V) Violência de gênero e assédio, que afetam as mulheres de forma desproporcional em situações de conflito territorial e invasão de empresas e vi) Deslocamento forçado e perda de nossos lares, sem consulta prévia, livre, e informada ou consentimento adequado.

Esses impactos não só destroem o ambiente e os recursos naturais dos quais dependemos, mas também minam nossas redes sociais, dividem nossas famílias, e nos deixam vulneráveis a pressões econômicas e sociais que nos fragilizam ainda mais.

Sujeitos Locais Impactados

Os principais grupos afetados incluem pescadores(as), agricultores(as), moradores(as) locais, comunitários(as) urbanos, ribeirinhos(as), beradeiros(as), quilombolas, povos tradicionais e indígenas. Muitas dessas populações dependem diretamente dos bens naturais para sua subsistência e preservação cultural. Esses impactos têm sido ainda mais severos para as mulheres, que relatam sentir de forma intensa as consequências da degradação ambiental e dos deslocamentos forçados, que fragilizam ainda mais nossa segurança e autonomia. Além desses aspectos há um duro golpe aos direitos sociais dos povos e a infraestrutura social, como o fechamento de 33 mil escolas rurais no Brasil entre 2002 e 2022 penalizando as mulheres e as crianças e jovens estudantes.

Demandas e Reparações

Exigimos: i) Recuperação ambiental dos territórios danificados pelos empreendimentos; ii) Compensação financeira justa pelas perdas e danos causados; iii) Regularização fundiária e o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades tradicionais e de comunidades urbanas; iv) Melhoria nos serviços públicos de saúde e educação, inclusive saúde mental, comprometida devido à sobrecarga imposta pela presença desses empreendimentos e suas lógicas de operação; e v) Respeito às leis ambientais e transparência nos processos de licenciamento.

Apesar de nossas exigências, as respostas do setor público e privado têm sido insuficientes, com a maioria das demandas sendo ignoradas ou parcialmente atendidas, deixando nossas comunidades vulneráveis e sem proteção adequada.

Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos

Para algumas de nós, a proteção proporcionada pelo Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos é insuficiente. Solicitamos mais recursos, acompanhamento próximo e agilidade nas respostas para assegurar a segurança de nossas defensoras. Em muitas situações, sentimos que o programa apenas "maquia" uma proteção que na prática não nos alcança, deixando muitas de nós expostas a ameaças constantes. Desejamos ser consideradas na construção de estratégias eficazes de proteção, que devem internalizar a auto proteção e a proteção em rede, onde nós mulheres sejamos sujeitos de construção da política de proteção, encerrando a concepção de sermos objetos da proteção. Adicionalmente o crime organizado é um problema que nos aflige em caráter nacional, e precisamos de formação e suporte para compreender e melhor nos posicionar diante desse fenômeno complexo que é uma ameaça à livre organização dos povos e das mulheres.

Estratégias de Autoproteção e Organização em Rede

Diante dessa realidade, temos recorrido à criação de redes de apoio locais e formação em direitos humanos e defesa pessoal. Nos organizamos com movimentos sociais, OSCs, e temos estabelecido alianças com universidades, centros de pesquisa, parlamentares... Nossa união é fundamental para enfrentar a violência e a pressão dos grandes empreendimentos.

Além desses pontos, enfrentamos uma série de desafios que demandam ações imediatas e de longo prazo:

1. Proteção e Segurança das Lideranças

Problemas: Ameaças de morte e violência contra defensoras de direitos, falta de programas de proteção eficazes.

Demandas: Criação de programas de proteção específicos com participação ativa das lideranças, especialmente para mulheres e defensoras vulneráveis; fortalecimento do programa de proteção nacional; implementação de um programa de proteção que priorize a segurança das lideranças comunitárias.

Ações: Enviar cartas para órgãos nacionais e internacionais denunciando as violações; realizar intercâmbios para fortalecer redes de apoio; organizar seminários e atos públicos para visibilidade, como o proposto para a COP em Belém.

2. Regularização Fundiária e Garantia de Territórios

Problemas: Falta de regularização de terras para comunidades tradicionais, ameaças de expulsão e especulação imobiliária, despejos e reintegrações de posse nos contextos urbanos Via banhado e Via Cambuí em São José dos Campos(SP) e indenizações de caráter patriarcal excluindo mulheres.

Demandas: Regularização fundiária para comunidades tradicionais e áreas urbanas em situação de vulnerabilidade; criação de termos de concessão de uso; territórios livres de mineração.

Ações: Propor reforma agrária e regularização fundiária em articulação com sindicatos e associações; combater Instruções Normativas que favorecem agronegócio e mineração. Nos contextos urbanos conceber as inden

3. Consulta Prévia, Livre e Acesso à Informação

Problemas: Ausência de consulta prévia, livre e informada e falta de transparência sobre projetos que impactam territórios.

Demandas: Direito à consulta prévia, livre e informada para projetos de infraestrutura e outras intervenções em territórios tradicionais; acesso a informações claras sobre esses projetos.

Ações: Formação de coletivos e oficinas para capacitar a comunidade a participar de consultas públicas prévias, livres e informadas; campanhas de conscientização sobre direitos e riscos.

4. Saúde e Bem-estar da Comunidade

Problemas: Problemas de saúde causados pela poluição e atividades industriais, falta de assistência à saúde local

Demandas: Criação de programas de saúde específicos para as populações impactadas; reparação integral de danos; fortalecimento da saúde pública local em regiões afetadas.

Ações: Exigir a implementação de programas de saúde para pescadores(as), agricultores(as) e quilombolas; promover políticas de saúde mental em comunidades vulnerabilizadas.

5. Direitos Ambientais e Socioambientais

Problemas: Poluição do ar e água, desmatamento, queimadas e especulação imobiliária.

Demandas: Proteção dos modos de vida tradicionais; implementação de leis contra o uso de agrotóxicos; proibição de novos projetos prejudiciais às comunidades.

Ações: Exigir o cumprimento de acordos como o Acordo de Escazú para proteção ambiental; realizar laudos técnicos com especialistas para monitorar os impactos.

6. Autonomia e Formação das Comunidades

Problemas: Falta de formação e conhecimento técnico para defesa de direitos e participação em consultas prévias, livres e informadas.

Demandas: Apoio para criação de cartografias sociais e populares; formação em comunicação, defesa jurídica e consultas públicas.

Ações: Fortalecer instituições locais para oferecer formações e promover cartografias sociais e populares que visibilizem os territórios.

7. Reparação e Justiça

Problemas: Dificuldade de garantir reparações adequadas para danos; morosidade nas decisões judiciais.

Demandas: Reparação justa e integral pelos danos causados; implementação de leis municipais para evitar novos danos; quitação de dívidas para famílias impactadas.

Ações: Mobilizar comunidades para pressionar pela revisão de casos judiciais; promover articulação nacional para apoiar comunidades afetadas.

Conclusão e Convocação

Reafirmamos nosso compromisso em lutar pela justiça ambiental e climática em nossos territórios, exigindo o respeito aos nossos direitos, à nossa cultura e à nossa dignidade. Convidamos a sociedade civil, organizações e movimentos a se unirem a nós nessa luta por uma convivência justa e sustentável que respeite nossos modos de vida e proteja as gerações futuras.

MarÉ Mulher, nossa campanha, essa onda que nos convoca, cresce em cada corpo que se une a esta teia viva de resistência e criação. Somos as mãos da terra, o caminhar das águas, as raízes que mergulham e entrelaçam a vida com força e ternura; somos as sementes guardadas nos punhos de nossas mães, somos o vento que sopra no cerrado e que penetra no emaranhado dos manguezais. Aprendemos que as lutas são interdependentes, e ainda que defender a terra é proteger a nós mesmas, mulheres que a habitam e a conhecem em sua sabedoria ancestral.

Em cada bioma e nas cidades guardam mulheres que lutam e, como dizia Manuel de Barros, há um "fazer durar a pequenez das miudezas" que nos faz fortes – porque é nas pequenas águas de igarapés da Amazônia, nas cadeiras das calçadas das comunidades urbanas, nas ramas contorcidas cerradenses e raízes da caatinga que se tecem as grandes correntes. Convoquemos todas as mulheres do Brasil: da floresta ao sertão, do mar ao agreste, das favelas e comunidades urbanas para que esta maré cresça e amplie nossa rede de sonhos e resistência. Que nossa força tome o chão, o ar e as águas, as ruas. expandindo-se como um canção em defesa da terra e da vida. Que Maré Mulher seja, em todo canto, um chamado à luta de um tecer coletivo, ecoando em cada bioma e em cada coração a certeza de que juntas somos uma potência imensa, capaz de transformar e sustentar o país em um caminho de justiça pelas mãos das mulheres.